

AS CONTRIBUIÇÕES DE PLÁCIDE RAMBAUD PARA A APLICAÇÃO DA DISTINÇÃO CONCEITUAL ENTRE CAMPO/RURAL E CIDADE/URBANO

Ana Louise de Carvalho Fiúza, Neide Maria de Almeida Pinto, Patricia Ferraz do Nascimento

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma revisão bibliográfica das contribuições de Placide Rambaud sobre os conceitos de “Campo” e “Rural”, e de “Cidade” e “Urbano”, diferenciando-os em termos de forma e conteúdo. Discutimos sua concepção teórica de “urbanização” do campo, argumentando que este processo aponta para a possibilidade de acesso a um padrão/estilo de vida que se torna acessível aos indivíduos tanto da cidade, quanto do campo. Argumentamos que é pertinente a utilização da expressão “campo urbanizado”, quando se tratar de um espaço marcado por um processo de diferenciação das atividades econômicas, de especialização da divisão social do trabalho e, portanto, de diferenciação do tecido social.

Palavras-chave: Campo; cidade; rural; urbano.

PLACIDE RAMBAUD’S CONTRIBUTIONS TO THE USE OF CONCEPTUAL DISTINCTION BETWEEN COUNTRYSIDE/RURAL AND CITY/URBAN

ABSTRACT

In this article we present a literature review of the contributions done by Placide Rambaud on the concepts of “Field” and “Rural” and “City” and “Urban”, differentiating them in terms of form and content. We discuss the theoretical concept of “urbanization” of the field, arguing that this process points to the possibility of accessing to a standard/lifestyle which becomes accessible to individuals from both the city and the countryside. We also argue to be pertinent using the term “field urbanized” in the case of a space marked by a process of economic activities differentiation, specialized division of labor and therefore of the social tissue differentiation.

Mots-clés: Field; City; Rural; Urban.

Ana Louise de Carvalho Fiúza. Professora e coordenadora da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: lousefiuza@ufv.br. Neide Maria de Almeida Pinto. Professora do programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: nalmeida@ufv.br. Patricia Ferraz do Nascimento. Mestranda da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: patifena@hotmail.com

INTRODUÇÃO

É coerente cientificamente a utilização da categoria “Campo Urbanizado” ou de “Cidade Ruralizada”? O conceito de “Campo” é o mesmo de “Rural” e o de “Cidade” corresponde ao de “Urbano”? Apresentamos, neste artigo, de forma destacada, as discussões de Plácide Rambaud acerca do processo de urbanização da sociedade rural na França. Acreditamos que este autor, ainda pouco debatido na sociologia rural brasileira, traz importantes contribuições para a compreensão das transformações sociais pelas quais o campo vem passando, sem vitimá-lo a uma condenação, mas, ressaltando, antes, a conexão temporal entre os habitantes do campo e da cidade, a qual afeta os seus modos de vida. Comportamentos, práticas, hábitos e tradições estão em constante transformação, independente do lugar, campo ou cidade. Modos de vida tradicionais se transformam. O processo de urbanização da sociedade se expande, englobando tanto o campo, como a cidade. Este é tema desenvolvido neste artigo, que além de apresentar de forma destacada a concepção de Rambaud a aproxima de autores como Sanchez-Casas, Lefebvre e autores brasileiros contemporâneos, mais vinculados à geografia.

Para Sanchez-Casas (2009), “Campo” e “Cidade” não têm conteúdo exclusivamente ou predominantemente espacial. “O *rural*” e “o *urbano*” não correspondem a formas físicas espacializadas, mas, antes, concretizam as características do modo de assentamento, as quais refletem os efeitos das estratégias de satisfação das necessidades sociais dominantes em termos de reprodução biológica, socioeconômica e socioambiental. Assim, “rural” e “urbano” apontariam para o plano cultural, para a esfera dos

valores de um dado grupo de pessoas, para as normas que seguem e para os bens materiais que criam.

Já “*campo*” e “*cidade*” correspondem a características concretas do dito meio, refletindo a necessidade social dominante em um determinado período histórico. Segundo Sanchez-Casas (2009), o aparecimento do excedente na agricultura marca o processo inicial de diferenciação entre a “cidade” e o “campo”; entretanto, esta contradição entre “campo” e “cidade” fica subsumida na contradição entre centro e periferia, que se consolida com o surgimento do “Estado Moderno”. A cidade muda qualitativamente incorporando o campo como sua periferia, constituindo uma relação que unifica a ambos, campo e cidade, no território nacional, o qual se torna a base sobre a qual se estabelece o Estado Moderno. Posteriormente, com a consolidação da globalização ocorre a perda de capacidade do Estado de territorializar o suporte da formação social. Ocorre, então, um novo salto qualitativo: a dialética centro-periferia típica do Estado Moderno é subsumindo na dialética global-local. Assim, o global passa a absorver a autonomia local das diferentes formações sociais.

O processo de urbanização não significa a perda das especificidades locais, da cultura que se enraíza em cada localidade e dos modos de vida que sobre ela vão se tecendo. O urbano está relacionado a um padrão/estilo de vida caracterizado pela possibilidade de escolha, de acesso à tecnologia, a bens de consumo industrializados, a determinados bens culturais (cinema, teatro, biblioteca...), a serviços (saúde, educação, saneamento básico...). Por outro lado, o rural está relacionado, também, a um padrão/estilo de vida marcado pelo rústico, pelo artesanal, por relações sociais do tipo

face a face, etc. Contudo, tais padrões/estilos de vida “urbanos” ou “rurais” podem se estabelecer tanto na cidade, como no campo. Logo, cidade e urbano são conceitos distintos, assim como campo e rural também o são. A cidade pode consumir e absorver o rural, assim como o campo pode consumir e absorver o urbano, sem que isto signifique a homogeneização espacial e social do campo ou da cidade, conforme afirma Rua (2002).

Quando utilizamos a categoria “Campo Ruralizado”, estamos definindo um espaço com características físicas específicas, como pequena densidade demográfica, natureza com pequeno grau de artificialização, dentre outras, mas com a presença de bens e serviços típicos do padrão de urbanização. Assim, um “campo Ruralizado” pode absorver os padrões urbanos sem perder as suas especificidades culturais. Contudo, a relação entre “rural” e “urbano” é uma relação marcada por um ativo processo de aculturação entre os modos de vida. Como destaca Rambaud (1969) os rurais absorvem a Cultura urbana na sua própria cultura, selecionando o conteúdo a ser absorvido, bem como dando forma e ritmo próprio a este processo de aculturação. A este processo de aculturação, que, segundo Rambaud, é de caráter individual e não coletivo, o autor denomina de “constituição do *Canivar* particular de cada indivíduo”.

Diante dessas colocações é possível afirmar que o campo no Brasil nunca foi tão urbano como agora, nem as cidades tão rurais. Em toda grande cidade é possível se perceber a existência de vilas, seja na periferia ou nas regiões centrais, onde as pessoas se conhecem e se tratam pelo nome, sem nenhum traço do anonimato urbano. Há, também, as áreas verdes preservadas, os vazios demográficos, as habitações rústicas e precárias. Encontramos,

ainda, em profusão, restaurantes de comidas regionais típicas, com seus fogões artesanais. Presenciamos eventos culturais tais como festivais de música sertaneja, cavalgadas e eventos religiosos. Por outro lado, é possível, ao estar no campo, encontrar pista de pouso para aviões e helicópteros, casas com todos os confortos urbanos, barzinhos para a moçada, restaurantes de cozinhas internacionais e, tudo isto, convivendo, lado a lado, com o modo de vida das pessoas do lugar, que continuam fazendo as suas procissões, as suas festas, a ter formas de sociabilidade comuns à época de seus avós, enfim, pessoas que convivem e absorvem o moderno sem que, com isto, tenham que abrir mão do tradicional, de hábitos e costumes genuínos do lugar onde se criaram.

Lefebvre (2009) aponta para uma sociedade urbana em constituição. Acredita que esta sociedade tem suas origens no processo de industrialização quando a superação da precariedade foi possibilitada pela evolução tecnológica. Contudo, afirma que nem toda sociedade tem acesso aos meios necessários para vencer tal precariedade. Logo, a chamada sociedade urbana é uma projeção, uma virtualidade. Tal sociedade refere-se à qualidade de vida, qualidade nas relações humanas. Pode ser, assim, compreendida como um processo que se coloca de forma diferenciada em cada espaço, sendo, portanto, heterogênea e não implicando homogeneidade das culturas locais.

O processo de urbanização torna possível perceber que no campo pode haver criança, sem haver infância, pode haver jovem, sem haver juventude, pode haver velho, sem haver Terceira Idade, pode haver mulher rural, sem haver mulher com individualidade própria, enfim, pode haver pessoa, sem haver indivíduo. O processo de urbanização é marcado por al-

gumas características próprias: a diferenciação do tecido social; a crescente divisão social do trabalho, com seu processo de especialização das funções; a diversificação dos espaços e das identidades, bem como pela presença do Estado, em termos de aplicação das leis e prestação de serviços, assim como pela organização da sociedade civil (sindicatos, partidos políticos, ONGs, associações etc).

Desse modo, pode-se considerar completamente pertinente a utilização da categoria “campo urbanizado”, quando se tratar de um espaço marcado por um processo de diferenciação das atividades econômicas, de especialização da divisão social do trabalho e, portanto, de diferenciação do tecido social. Já pode-se falar de “Campo ruralizado” quando o espaço, no qual se desenvolvem as relações sociais, é marcado por um modo de vida que reflete uma pequena diferenciação social do trabalho e do tecido social, sendo, também, marcado por uma menor inter-relação e interdependência com a cidade.

1. DISCUSSÕES RELEVANTES

Para explicar o processo de urbanização, Lefebvre (2001) realiza uma periodização estabelecendo três grandes eras: a agrária, a industrial e a urbana. Na Era Agrária existia uma nítida separação entre campo e cidade baseada na divisão do trabalho, ficando o campo com o trabalho manual e a cidade com o trabalho intelectual. Na Era Industrial generaliza-se a troca e comércio, o solo se transforma em mercadoria, e na Era Urbana, ainda por se concretizar em toda a sua abrangência, se generalizaria a realidade urbana.

Rimbaud (1969), em sua obra *Société*

Rurale et Urbanisation, também, destaca este processo de envolvimento do campo pelo modo de vida urbano, que se desenvolve primeiramente nas cidades, mas que vai englobando, de forma crescente, a sociedade como um todo, inclusive o campo. No Brasil, o campo vem sofrendo, principalmente após a década de setenta, mudanças tecnológicas, econômicas e sociais significativas. Antes agrícola, o campo passa a ser, também, cenário para o desenvolvimento de “atividades multifuncionais”, absorvendo demandas que vão além da produção de alimentos.

O processo de urbanização do campo vem se traduzindo em um amplo fenômeno de mudanças das relações sociais: o camponês vai perdendo gradativamente a sua autonomia face ao crescente processo de industrialização das atividades produtivas no campo, transformando-se, também, em consumidor de bens e serviços, sem que, contudo, isto signifique a perda da sua identidade. O que ocorre é que o processo de urbanização aproxima campo e cidade, em função dos agricultores deixarem de ser apenas produtores de alimentos, ficando, quase que fechados no espaço agrícola. Nesse processo, eles passam a ser, além de outras coisas, ofertantes de serviços demandados pelos cidadãos na sua busca por um maior contato com a natureza, com as suas raízes e as suas tradições distantes.

Assim, o campo passa a se constituir em um espaço de oferta de turismo voltado para o contato com a “natureza”, através, inclusive, do esporte, bem como através da busca das tradições gastronômicas, culturais, religiosas, etc. Diferentemente do que se poderia pensar, portanto, este processo de urbanização do campo não deve ser entendido como o seu desaparecimento, mas, pelo contrário, como um

processo de crescente interdependência e comunicação entre pessoas que transitam amiúde entre os dois espaços. Uma das características engendradas por esse processo de crescente urbanização do campo que nos interessa aqui analisar é o fenômeno da pluriatividade, a partir da concepção teórica trazida por Carneiro (1998). A autora, ao estudar a vida de pequenos agricultores dos Alpes franceses, identificou que os mesmos, para além de desenvolverem atividades agrícolas e não-agrícolas, como tantos agricultores *part-time* tradicionalmente faziam, desenvolviam tal combinação em um contexto territorial marcado pela franca comunicação entre o campo e a cidade.

A demanda dos cidadãos por turismo, lazer, gastronomia e cultura propiciava que, para além das atividades agrícolas, se desenvolvessem, nas propriedades rurais, outras formas de prestação de serviços. Não se tratava mais, portanto, de enxergar um campo exclusivamente agrícola, fechado dentro da sua função agrícola, tradicional, de produzir alimentos. O campo, ora observado, incorporava uma dimensão multifuncional, realizando atividades e desempenhando funções para além das agrícolas. As famílias pluriativas desenvolvem diversas atividades não agrícolas paralelamente à agricultura: atividades agroindustriais, artesanato, lazer e turismo.

Seria, portanto, um equívoco interpretar o contexto, no qual a pluriatividade se desenvolve, no campo como um retorno ao rural tradicional ou como um renascimento de valores rurais. O desenvolvimento da pluriatividade é um fenômeno que reflete o processo de urbanização crescente do campo e não um retorno ao rural tradicional. Segundo Endlich (2010), essa proposta de volta ao campo e de revalorização da natureza, diferente do que se pode imaginar

em um primeiro instante, ocorre sob uma perspectiva urbana. Esse retorno à mãe natureza só é imaginável pelos cidadãos, mediante a sua associação com o conforto e a acessibilidade, e sem perder o vínculo com a cidade e com a mídia. Nesse sentido, o que impulsiona as atividades consideradas como pertencentes ao *novo rural* é uma demanda urbana, ou como indaga o autor, “(...) será que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos?” (ENDLICH, 2010, p. 29).

Neste contexto, para Lunardi E Souza (2009), o desenvolvimento da atividade turística, enquanto uma atividade rural não agrícola, tem se dado como parte do processo de reestruturação do campo no Brasil, especialmente, após a década de 1990, como modo de reprodução econômica e social de muitas famílias agricultoras. Segundo Carneiro (1998), o turismo é uma atividade que permite o contato entre os valores e as representações sociais de diferentes grupos, resultando, deste encontro, uma cultura singular que não é rural, nem urbana, pois não é determinada por um espaço físico. Assim, o turismo rural expressa uma nova relação entre campo e cidade, incorporando novas funções produtivas para além da vinculada à tradicional oferta de alimentos *in natura*.

Neste sentido, Rambaud (1969) defende a perspectiva de uma Cultura Urbana como hegemônica, embora absorvida de forma diferenciada e, mesmo individualizada, por pessoas de diferentes localidades, compondo contornos próprios acerca das manifestações culturais em nível local. Segundo o autor, quando os rurais se tornam consumidores, começam a fazer parte da sociedade urbana. Destaca, ainda, a ideia

de acessibilidade da cidade, caracterizando-a como o lugar onde pessoas de diferentes partes (bairros, periferias, campo e outras cidades) poderiam buscar o que lhes falta ou que desejam. O indivíduo poderia montar, assim, o seu próprio *canivar*, o seu estilo pessoal, com o que escolhe pegar da cultura urbana. Desta forma, embora Rambaud afirme haver um processo de aculturação, revela que este se dá de forma processual, não tendo um caráter coletivo, mas individual.

Perceber os espaços como “urbanizados” ou “ruralizados” nos permite dimensionar de uma forma mais clara os modos de vida construídos pelas pessoas na atualização do hereditário do passado, com o filtrado do presente. Tais modos de vida, re-significados, expressam, justamente, uma atividade consciente de junção da cultura local com as transformações incorporadas através das manifestações características de um determinado tempo histórico, as quais apresentam, inclusive, as visões de mundo dos rurais acerca da cidade e do campo.

Ao estudar o processo de urbanização do campo na França do Pós-Segunda Guerra Mundial, Rambaud (1969) destaca a atitude ativa dos rurais, ao avaliarem os pontos positivos e negativos do campo e da cidade, a fim de procederem à filtragem dos aspectos que lhes convinha em ambos. Assim, destaca o autor que os rurais associavam a cidade com o dinheiro e a descontração. Por outro lado, a cidade era vista como exigindo das pessoas o pagamento por tudo. Todavia, a vida na cidade era vista como sendo mais fácil, com a pessoa tendo tudo à mão.

Na cidade a pessoa era percebida como podendo se tornar mais independente da natureza, tendo mais tempo livre. Mas, por outro lado, percebia-se a maior dependência que os

trabalhadores tinham em relação ao chefe, que comandava o seu trabalho, enquanto no campo cada um sabia o que fazer e fazia como queria. Pesava-se, também, o fato de que o trabalho mais livre do campo não contava com os mesmos benefícios e garantias sociais que se tinha na cidade, como salário e garantias trabalhistas. A educação também se constituía em outro ponto destacado como positivo pelos rurais, principalmente, por permitir às crianças um ensino de melhor qualidade. A cidade era desejada por jovens e mulheres por ser vista como oferecendo maiores oportunidades de diversão. Em contrapartida, acreditava-se que na cidade faltava humanidade, havendo pouco convívio com a família – as pessoas eram vistas como se conhecendo, mas não se mostrando, vivendo o anonimato e a solidão.

Tais representações dos rurais acerca do campo e da cidade mostram o caráter relacional que os mesmos fazem de ambas, mas, acima de tudo, destacam a forma como avaliam, de forma consciente, os prós e os contras, como se estivessem diante de uma vitrine em que pudessem escolher o melhor dos dois mundos, segundo o seu julgamento de valor. Saindo, agora, da esfera das representações dos rurais acerca do “Campo” e da “Cidade”, Rambaud passa a apresentar os contrastes que observa entre os *modos de vida* que se estabelecem entre um “Campo Urbanizado” e outro “Ruralizado”.

O “Campo Ruralizado”, segundo Rambaud (1969), é lugar do falar pouco em virtude do se trabalhar muito. Prepondera, assim, a economia de palavras – em função da supremacia do fazer face ao falar. O trabalho no campo é solitário ou em família, a pessoa volta-se para si mesma. Os rurais utilizam-se de línguas de caráter local - os *patoás*, que seriam uma espécie de dialeto, que se caracterizam pela econo-

mia de palavras. O patoá pode ser visto como uma expressão da tradição de um campo ruralizado. Já a urbanização propiciaria ao indivíduo fluxos contínuos de interação, levando-as a utilizarem a fala e dentro de parâmetros normativos mais universais. Assim, a linguagem urbana propiciaria ao indivíduo o acúmulo de experiências e troca de informações com uma gama muito maior de pessoas.

Mas, se, de um lado, há um processo consciente de escolha e seleção por parte dos rurais acerca da formação do seu próprio *Caminhar*, do seu estilo, a partir das influências da cultura urbana; por outro lado, há uma vivência inconsciente da absorção deste processo de urbanização. Ao utilizar as transformações absorvidas através do modo como o tempo e o trabalho passam a ser vivenciados pelos rurais, evidencia-se a sua perspectiva de englobamento universal de todos os indivíduos em um mesmo tempo histórico, ainda que ressaltando que as influências culturais trazidas com a urbanização não sejam absorvidas de forma homogênea pelos indivíduos e pelas diferentes localidades.

Na sociedade rural, o tempo não tinha muitas repartições, a natureza ditava o ritmo da vida, não sendo este ainda medido e tomado como mercadoria, tendo um preço e sendo pago em dinheiro. O dinheiro trazia uma perspectiva de certeza porque era associado ao pagamento recebido quando se tinha um emprego, enquanto no campo o ganho era percebido como incerto, por depender dos caprichos da natureza: seca, enchente, pragas etc. Assim, a perspectiva do salário introduz no campo uma reviravolta, sendo interpretado como um símbolo de segurança de ganho, em que o dinheiro torna presente a liberdade no campo, em virtude de diminuir o medo do risco em investimentos futuros, propiciando ao indivíduo

pensar em termos de futuro, conforme destaca Rambaud (1969).

Frente a este processo de urbanização, os jovens rurais sentem-se atraídos pela cidade em virtude desta ser percebida, antes de tudo, como lugar de trabalho com ganho seguro. Esta percepção indica uma noção de trabalho como emprego diferente da concepção de trabalho agrícola. A cidade, por ter se tornado pólo de atividades secundárias e terciárias, oferece possibilidades de trabalho mais numerosos que o campo, exercendo por este fato uma atração profissional. Assim, quando o campo urbanizado passa a oferecer a ampliação de trabalhos não agrícolas e que exigem uma formação profissional, este passa a exercer um maior atrativo para a fixação deste grupo.

O processo de urbanização no campo vem, assim, mexer com esta noção tradicional de ocupação profissional. Segundo destaca Rambaud (1969), o trabalho representa uma função essencial de toda a sociedade, e caso a sociedade não possa suprir estas expectativas do grupo, este a repudia. Certamente, os rurais não percebem a falta de emprego no campo em termos de desemprego, pois essa noção é de origem urbana. “estar desempregado” supõe que se tenha exercido uma profissão assalariada. Em contraste, o “estar sem emprego”, para os rurais, significa que se está procurando um tipo específico de ocupação, aquela que lhe exige estar apto a ter um lugar na esfera da produção ou da prestação de serviço qualificado. Assim, a falta de trabalho típica dos períodos de sazonalidade no campo ruralizado é vista de forma diferenciada do estar desempregado em um campo urbanizado. No campo ruralizado, “não estar trabalhando” significa apenas seguir o ritmo da natureza que estabelece períodos sazonais de trabalho e não trabalho. Contudo, no

campo urbanizado o indivíduo vivencia o desemprego, julgando o espaço propício para construir a sua vida a partir da suficiência ou insuficiência permanente de trabalho. O mundo do trabalho constitui-se, assim, para os rurais, em mais uma fonte de confrontação entre campo e cidade, ou entre um campo ruralizado e outro urbanizado.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos a argumentação ao longo deste artigo de que a não distinção entre “Campo” e “Rural” e entre “Cidade” e “Urbano” causa muitos equívocos teórico-metodológicos. Aqueles que interpretam o processo de urbanização como algo que se efetivaria de forma homogênea, como uma urbanização completa da sociedade, não consideram que o processo de aculturação provocado pela urbanização se dá de forma heterogênea e em ritmos diferenciados, sendo este um processo de forte conotação individual e não de massificação coletiva.

Outro equívoco que a utilização da perspectiva de urbanização do campo permite desfazer é em relação àqueles que defendem a perspectiva de um “novo rural”. Ao se diferenciar conceitualmente “Campo” como espaço físico, de “Rural” como estilo/modo de vida, podemos perceber que, embora o campo venha experimentando um crescimento das suas ocupações, estas se dão em torno de atividades não-agrícolas. Portanto, o campo que experimenta um processo de expansão é o campo em processo de urbanização. Mas, sobretudo, para aqueles que apostam na recriação do campo e do campesinato, como forma de resistência ao sistema capitalista, a perspectiva teórica da

urbanização do campo traz argumentos contundentes de contestação, fundamentados em torno da percepção das transformações em torno da vivência do tempo, não mais o tempo da natureza, mas o da imposição parcial da tecnologia sobre o meio. Mesmo que não se reduza a perspectiva de campesinato a uma autarquia, a um sistema agrícola auto-suficiente, fechado sobre si mesmo, não se pode negar as transformações em torno das sociedades camponesas de outrora. Contudo, se o camponês pode ser percebido como parte de uma vida pretérita, isto se dá em função da vitalidade do campo, em decorrência da diversificação e diferenciação do tecido social e econômico.

A perspectiva em torno de uma Sociedade Urbana, da qual o campo é parte integrante, aponta para um processo de expansão da urbanização que, embora nasça na cidade, generaliza-se, englobando e envolvendo, também, o campo. Esta marcha da urbanização provoca mudanças nos modos de vida, nos hábitos e valores. A crescente industrialização do campo retira dos camponeses a sua autonomia relativa, transformando também eles em consumidores, modifica a sua concepção de trabalho, de tempo livre, de futuro, envolvendo-os em um processo de aculturação contínuo ao modo de vida urbano. Contudo, isto não significa o desaparecimento das especificidades identitárias do campo.

A urbanização do campo revela que, tal como a cidade, também este espaço físico e as pessoas que nele habitam absorvem de diferentes formas as transformações que são próprias do seu tempo. Nesse processo, uma das faces mais claras do entrelaçamento entre campo e cidade pode ser vista através das demandas geradas pelos cidadãos em termos de lazer e turismo no campo. O crescimento das

atividades não-agrícolas e pluriativas no meio rural ampliam as possibilidades de reprodução socioeconômica das pessoas levando, gradativamente, a um deslocamento da centralidade da terra como fonte de geração de renda e emprego no campo. Descortina-se, assim, um campo vitalizado que oferece oportunidades não apenas em termos de novas possibilidades de trabalho, mas da própria re-significação dos modos de vida, passados de geração para geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio. (org.). *A Diversidade na Agricultura Familiar*, Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- HILLYARD, Samantha. A problem in Search of Discipline: the History of Rural Sociology. *The sociology of rural life*. New York: British Library Cataloguing-in-Publication. 2077. p.6-38.
- KATO, Patrícia Yukari Andrade. *Gênero e turismo: Uma análise da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal do turismo*. Brasília, 2008. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- LUNARDI, Raquel; ALMEIDA, Joaquim Anécio de Jesus. As representações do trabalho no turismo rural para as mulheres da Região dos Campos de Cima da Serra – RS. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, 2008
- LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de. Atrizes do turismo rural: o trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra (RS). *Agriculturas*, v.6, n.3, p. 15-17, out. 2009.
- NUNES, Carla; PINTO, Vicente Paulo dos Santos. *Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora em março de 2009.
- RAMBAUD, Placide. *Société rurale et urbanisation*. Paris: Editions du Seuil, 1969.
- RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (orgs) *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território: revista de geografia agraria, Uberlândia*, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: <www.

campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 fev. 2008.

SANCHEZ-CASAS, Carlos. La centralidad de el modo de asentamiento durante el predominio de la contradicción campo-cidade. In: *Sociedad, sistema y habitat*. Madri: Los libros de la Catarata, 2009. p. 198-266.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Régis Ricci. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. *Campo-território: revista de geografia agraria*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p.40-54, fev. 2007. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 fev. 2008.

SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias*. In: _____. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.